

Informe Macroeconômico

09 a 12/09/2024 - Ano 4 | Nº 152



Destaques

- Bahia é o estado do Nordeste que mais gerou empregos formais no segmento MPE no acumulado do 1º semestre de 2024:** No acumulado do 1º semestre de 2024, as Micro e Pequenas Empresas (MPE) foram responsáveis pela formação de 138.400 postos de trabalho com carteira assinada no Nordeste. O segmento MPE no Nordeste registrou saldo de empregos positivo em todos os Estados da Região, com destaque para Bahia, com formação de 35.336 novos empregos formais; na sequência, Pernambuco (+22.709), Ceará (+21.027), Maranhão (+14.304) e Paraíba (+11.847). Entre as Unidades Federativas do País, Bahia foi o sétimo maior gerador de empregos formais no segmento MPE no acumulado de 2024.
- Paraíba é destaque no resultado mensal do Comércio em Junho de 2024:** Em relação aos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba (+16,4%), Ceará (6,9%), Piauí (+6,3%) e Maranhão registraram em junho de 2024 crescimento positivo para o comércio varejista restrito, acima do resultado nacional (+4,0%) na comparação com o mesmo período do ano anterior. Quanto ao comércio varejista ampliado, a Paraíba (+12,5%) foi o destaque.
- Bahia e Ceará são destaques na atividade turística em junho:** Os estados da Bahia e Ceará registraram os maiores crescimentos na atividade turística, 19,2% e 14,4%, respectivamente, no mês de junho de 2024 em relação a junho de 2023, conforme dados do IBGE. Vale ressaltar, ainda, que o Nordeste apresentou o maior crescimento no número de passageiros domésticos, no acumulado de janeiro a junho de 2024, com um aumento de 4,6%, em comparação com 2023, de acordo com os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).
- Indústria do Nordeste no 1º semestre de 2024:** Junho de 2024, como usual para o mês, foi de desaceleração na indústria do Nordeste. Frente ao mês passado, porém, registrou a menor taxa do País (-6,0%). Recuou também frente a iguais períodos de 2023: -1,2% no mês de junho; -0,4% no acumulado do 1º semestre; -1,5% na taxa anualizada. Mas, apesar das dificuldades, foi também possível identificar perspectivas positivas na indústria regional.
- Desempenho fiscal do governo central em julho de 2024:** As contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) apresentaram déficit primário de R\$ 8,5 bilhões em julho de 2024, bem abaixo do resultado obtido no mesmo mês do ano passado (R\$ 37,5 bilhões). O destaque foi o desempenho bastante satisfatório da arrecadação federal no mês de julho de 2024, com um crescimento real de 10%, relativamente ao volume arrecadado no mesmo mês de 2023. Essa expansão se deu, principalmente, pelo bom desempenho das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), cuja arrecadação registrou incremento real de 14%, na comparação com julho de 2023. Por outro lado, as contas do setor público consolidado apresentaram um déficit nominal de R\$ 599,7 bilhões no acumulado dos primeiros sete meses de 2024, o que corresponde a 9,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Projeções Macroeconômicas - Boletim Focus - consulta realizada em 02/09/2024

Mediana - Agregado - Período	2024	2025	2026	2027
IPCA (%)	4,26	3,92	3,60	3,50
PIB (% de crescimento)	2,46	1,85	2,00	2,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,33	5,30	5,28	5,30
Meta Taxa Selic - fim de período (% a,a)	10,50	10,00	9,50	9,00
IGP-M (%)	3,68	3,97	4,00	3,80
Preços Administrados (%)	4,79	3,85	3,70	3,50
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-36,30	-43,50	-44,90	-47,70
Saldo da Balança Comercial (US\$ Bilhões)	83,50	79,00	80,00	80,11
Investimento Direto no País (US\$ Bilhões)	71,00	73,00	80,00	80,00
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	63,65	66,45	69,30	71,50
Resultado Primário (% do PIB)	-0,60	-0,76	-0,65	-0,50
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,40	-6,79	-6,00	-6,10

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Allisson David de Oliveira Martins. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso e Wellington Santos Damasseno. Célula de Gestão de Informações Econômicas. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Projeto Gráfico/Diagramação: Gustavo Bezerra Carvalho, Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: Jose Wilker de Sousa Martins. Jovem Aprendiz: Maria Eduarda Rodrigues Borges e Pedro Ícaro Borges de Souza.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Bahia é o estado do Nordeste que mais gerou empregos formais no segmento MPE no acumulado do 1º semestre de 2024

No acumulado de janeiro a junho de 2024, foram criados 1.300.044 novos empregos formais no País. Desse total, as Micro e Pequenas Empresas (MPE) foram responsáveis pela formação de 777.222 empregos, o que representa 59,8% do total de emprego formal gerado em território nacional, ou seja, aproximadamente 6 a cada 10 empregos foram gerados pelo segmento MPE. Enquanto, as Médias e Grandes Empresas (MGE) participaram com 30,4%, ou seja, saldo de 395.850 novas contratações no País. Neste período, a Administração Pública foi responsável pela formação de 43.624 empregos (Caged).

No Nordeste, a Região promoveu a formação de 142.332 empregos gerados com carteira assinada, no acumulado do 1º semestre de 2024. Desse total, as Micro e pequenas empresas (MPE) possibilitaram a geração de 138.400 novos postos de trabalho com carteira assinada. No entanto, as Médias e Grandes Empresas (MGE) reduziram seu estoque de emprego em -4.216 postos de trabalho, no acumulado de 2024. No mesmo período, a Administração Pública gerou o saldo de empregos positivo, com formação de 4.764 novos postos de trabalho.

No acumulado de janeiro a janeiro de 2024, verificou-se que o saldo de emprego gerado pelas Micro e pequenas empresas (MPE) aumentou o estoque de trabalho em todas as Unidades Federativas do Nordeste. Entre os estados, Bahia se destaca na geração de empregos no segmento MPE, com formação de 35.336 novos empregos formais; na sequência, Pernambuco (+22.709), Ceará (+21.027), Maranhão (+14.304) e Paraíba (+11.847) foram os estados que mais ampliaram o nível de emprego na categoria das MPE's, representando cerca de 76,0% do saldo líquido gerados na Região no acumulado de 2024 (Tabela 1).

Em relação ao crescimento do saldo de empregos, Maranhão registrou maior crescimento no segmento MPE entre os períodos do 1º semestre de 2024 e 2023, com aumento em +45,4%; Na sequência, Alagoas (+37,9%), Paraíba (+31,2%) e Ceará (+17,5%), todos com variação superior à média regional (+11,0%).

Entre as Unidades Federativas do País, Bahia se posiciona como o sétimo maior estado que mais gerou empregos formais no segmento MPE no acumulado de 2024, no País. Pernambuco e Ceará asseguraram, respectivamente, as 10ª e 11ª posições no ranking na geração de empregos em território nacional no segmento MPE (Gráfico 1).

Setorialmente, o segmento das Micro e Pequenas Empresas no Nordeste registrou saldo de empregos positivo em todas as atividades econômicas, no acumulado de 2024. Entre os setores, destacam-se Serviços, no saldo líquido de emprego, formando +65.949 novos postos de trabalho, participando com 47,7% do total de empregos gerados pelo segmento MPE. Na sequência, Construção gerou +31.809 novos empregos, e por seguinte, Comércio, com 22.174 novos empregos formais. Os demais setores também registraram saldo líquido positivo para o período em análise, como se observa na Tabela 2.

Sobre a importância de Serviços na formação da estrutura da mão de obra produtiva na Região, percebe-se que o padrão de representatividade de geração de empregos por Serviços no segmento de MPE se estende em praticamente em todos os estados da Região, com exceção para Paraíba, que predominou a geração de empregos formais nas atividades ligadas ao setor da Construção, no segmento MPE, conforme Tabela 2.

Entre os novos empregos formados no segmento MPE, o setor de Serviços obteve maiores resultados na Bahia (+18.214), em Pernambuco (+12.521), Ceará (+11.592) e Maranhão (+5.714). Na Paraíba, construção obteve maior geração de empregos do segmento MPE, com formação de 4.291 postos de trabalho.

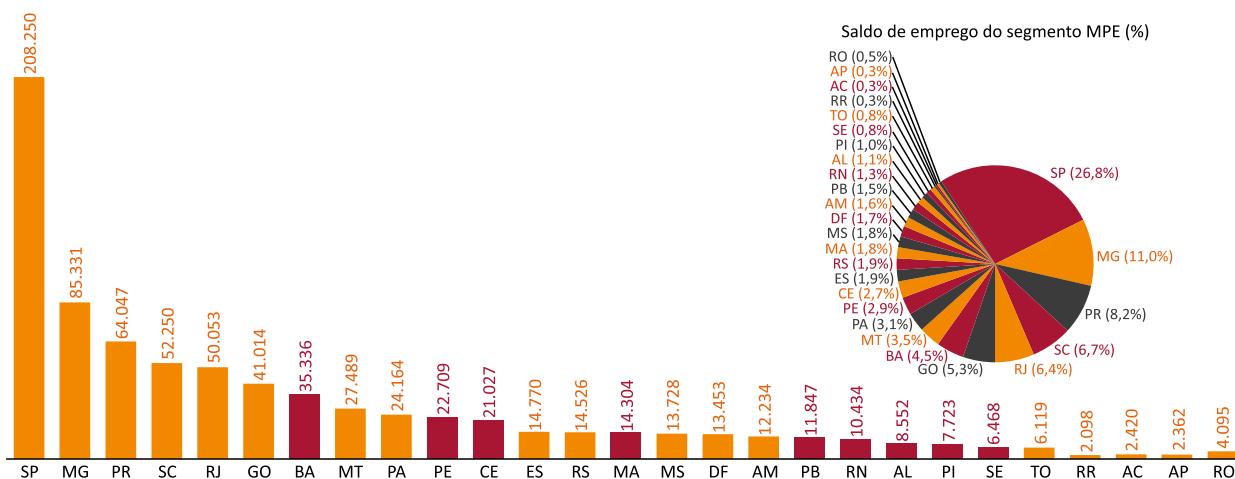
Na Bahia, o setor de serviços foi responsável por 35,6% do total de empregos formais do Estado no segmento MPE, em 2024. Desse total, destacaram-se os empregos formados nas atividades econômicas do setor de Serviços em Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (+328), Comércio Atacadista de mercadorias em geral (+316), Comércio Varejista - Hipermercados e supermercados (+287) e Transporte rodoviário de carga (+255).

Tabela 1 – Estados do Nordeste: Saldos de empregos gerados pelo segmento MPE e as empresas de médio e grande portes – Acumulado de janeiro a junho de 2024

Nordeste e Estados	2022		2023	
	MPE	MGE	MPE	MGE
Maranhão	9.841	4.000	14.304	-3.580
Piauí	9.653	2.135	7.723	2.364
Ceará	17.899	-1.446	21.027	7.315
Rio Grande do Norte	10.033	-3.994	10.434	2.975
Paraíba	9.027	-11.079	11.847	-3.933
Pernambuco	20.584	-19.138	22.709	-5.263
Alagoas	6.201	-17.992	8.552	-16.297
Sergipe	5.942	-3.444	6.468	-1.794
Bahia	35.497	8.441	35.336	13.997
Nordeste	124.677	-42.517	138.400	-4.216

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged e Sebrae (2024).

Gráfico 1 – Unidade Federativa: Ranking do saldo de empregos gerados pelo segmento MPE – 1º semestre de 2024



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged e Sebrae (2024).

Tabela 2 – Estados do Nordeste: Saldo de Empregos gerados pelo segmento MPE, por atividade econômica - Acumulado de janeiro a junho de 2024

Grupamento das Atividades Econômicas por Estado do Nordeste	MPE									
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NE
Agropecuária	116	143	272	330	-110	-373	-75	-2	691	992
Comércio	3.610	1.524	1.493	1.731	2.350	2.927	1.105	1.210	6.224	22.174
Construção	3.572	1.810	4.285	3.009	4.291	4.580	2.505	2.213	5.544	31.809
Ind. Extrativa Mineral	13	189	215	142	37	127	82	-10	297	1.092
Ind. de Transformação	1.438	476	3.047	1.447	1.002	2.887	1.280	437	4.100	16.114
Serviços	5.714	3.593	11.592	3.713	4.281	12.521	3.626	2.695	18.214	65.949
S.I.U.P.	-159	-12	123	62	-4	40	29	-75	266	270
Nordeste	14.304	7.723	21.027	10.434	11.847	22.709	8.552	6.468	35.336	138.400

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged e Sebrae (2024).

Paraíba é destaque no resultado mensal do Comércio em Junho de 2024.

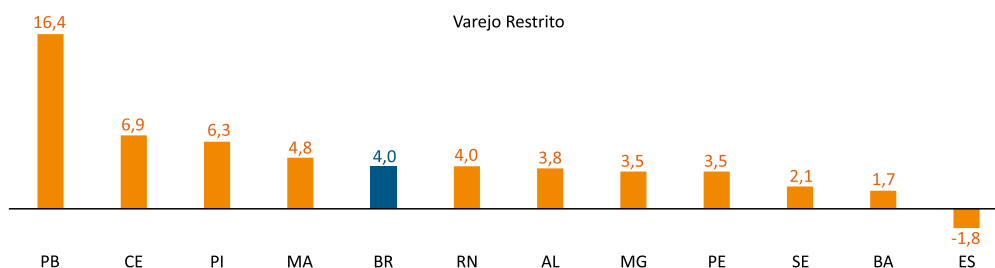
O volume de vendas do comércio varejista restrito no Brasil teve crescimento de 4,0% em junho de 2024 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No comércio varejista ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas também apresentou crescimento de 2,0% sob mesma comparação.

Dentre os grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, o maior crescimento foi verificado em Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+15,1%). O destaque negativo, na mesma comparação, foi Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (-11,5%).

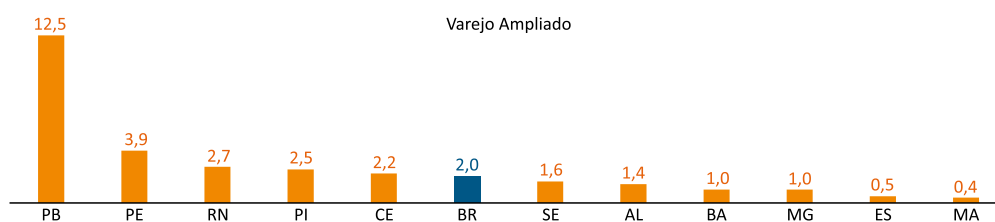
Em relação aos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba (+16,4%), Ceará (6,9%), Piauí (+6,3%) e Maranhão (+4,8%) registraram em junho de 2024 crescimento positivo para o comércio varejista restrito, acima do resultado nacional (+4,0%) na comparação com o mesmo período do ano anterior. Quanto ao comércio varejista ampliado, a Paraíba (+12,5%) foi o destaque.

Gráfico 1 – Variação (%) do Volume de Vendas do Comércio - Brasil e estados selecionados – Junho 2024/ mesmo mês ano anterior



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. PMC junho 2024.

Gráfico 2 – Variação (%) do Volume de Vendas do Comércio Ampliado - Brasil e estados selecionados – junho 2024/mesmo mês ano anterior



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. PMC junho 2024.

Dentre os cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste nos quais são analisadas as atividades, os destaques positivos foram Equipamento e materiais para escritório, informática e comunicação (+85,5%) em Minas Gerais, Livros, jornais, revistas e papelaria, no Ceará (+74,1%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+38,7%), no Espírito Santo.

Tabela 1 – Variação (%) do Volume de Vendas do Comércio e Atividades - Brasil e estados selecionados - Junho 2024/mesmo mês ano anterior

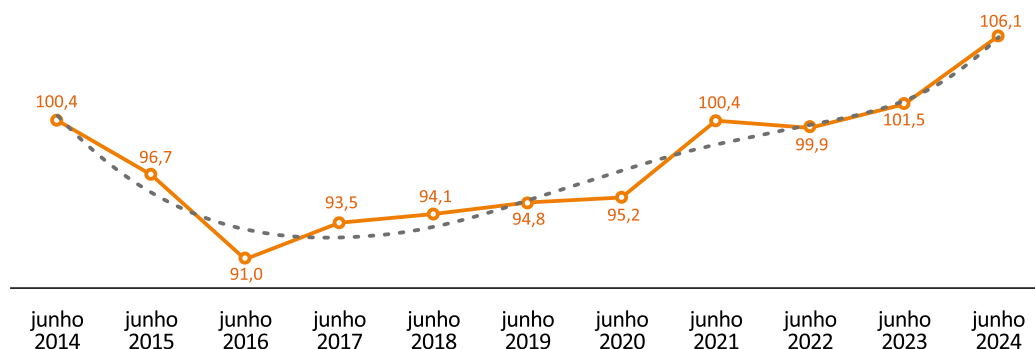
Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	4,0	6,9	3,5	1,7	3,5	-1,8
Combustíveis e lubrificantes	-4,1	10,2	-4,9	-10,0	-9,9	-5,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,5	2,0	3,1	3,1	2,6	-3,1
Hipermercados e supermercados	4,0	1,9	3,9	4,0	3,1	-6,7
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	3,8	-8,1	3,7	3,5	5,1
Móveis e eletrodomésticos	6,7	6,8	6,2	7,5	3,8	0,7
Móveis	11,4	12,6	-3,6	10,9	5,8	7,6
Eletrodomésticos	5,0	4,9	9,4	4,5	3,0	-2,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	15,1	23,8	10,8	13,2	13,6	25,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-8,1	74,1	25,0	-22,2	-3,6	-8,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	4,7	-8,7	-3,3	0,8	85,5	-13,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,6	16,2	11,9	9,9	13,8	38,7
Comércio varejista ampliado	2,0	2,2	3,9	1,0	1,0	0,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	7,0	-10,1	14,2	10,2	0,0	15,2
Material de construção	3,9	12,7	0,5	20,7	4,1	-12,5
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-11,5	-6,9	-7,4	-16,7	-8,1	-17,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. PMC maio 2024.

Também houve queda de 1,0% no comércio varejista em junho após cinco meses seguidos em alta, período que culminou com o recorde da série histórica em maio. O efeito rebote, ou seja, uma retração natural do volume de vendas depois de forte crescimento, além de reduções expressivas verificadas nas atividades de Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, e de Outros artigos de uso pessoal e doméstico são os dois principais fatores que explicam o recuo das vendas no varejo em junho, segundo o IBGE.

A intensa queda dos setores de Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que é a principal atividade do comércio varejista, e de Outros artigos de uso pessoal e doméstico pode ser explicada pela pressão inflacionária. Apesar de o índice geral da inflação ter diminuído em junho, o principal fator inflacionário naquele mês foi a alimentação no domicílio.

Na série sem ajuste sazonal, o comércio varejista subiu 4,0% em relação a junho de 2023, 13ª taxa consecutiva no campo positivo. O acumulado no ano chegou a 5,2% enquanto o acumulado nos últimos 12 meses ficou em 3,6% mantendo a tendência de crescimento do setor.

Gráfico 3 – Índice do Volume de Vendas no Comércio Varejista (Brasil 2022=100)


Fonte: Elaboração BNB-Etene – Sidra Pesquisa Mensal do Comércio junho 2024.

Bahia e Ceará são destaques na atividade turística em junho

Entre janeiro e junho de 2024, as atividades turísticas no Brasil registraram uma expansão de 1,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em junho de 2024, especificamente, o índice de volume de atividades turísticas cresceu 3,9%, em relação a junho de 2023, revertendo a queda de 1,6% observada em maio. Quando comparado ao mês imediatamente anterior, com ajustes sazonais, junho de 2024 apresentou um crescimento de 3,4%, após uma retração de 0,9% em maio. Além disso, o acumulado em 12 meses também registrou um crescimento de 3,4%, em relação ao período equivalente do ano anterior. Com esse desempenho, o setor turístico no Brasil está apenas 0,1%, abaixo do seu pico histórico, registrado em fevereiro de 2014.

Esse resultado positivo foi impulsionado, principalmente, pelo aumento de receitas em setores como restaurantes, serviços de bufê, transporte aéreo de passageiros, hotéis, espetáculos teatrais e musicais, além de agências de viagens, conforme apontado pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos estados atendidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e contemplados na pesquisa, Bahia e Ceará se destacaram com os maiores crescimentos em junho de 2024, comparados ao mesmo mês do ano anterior, com variações de 19,2% e 14,4%, respectivamente. Em relação ao mês imediatamente anterior, com ajustes sazonais, os crescimentos foram de 5,5% na Bahia e 5,0% no Ceará. No acumulado do ano, a Bahia se consolidou como o maior impulsionador da atividade turística no Brasil, com um crescimento de 9,1%, seguida por Minas Gerais, com 9,0% (Tabela 1).

No primeiro semestre de 2024, houve um aumento de 14,8% na receita gerada pelo turismo no País, em relação ao mesmo período de 2023, alcançando US\$ 3,7 bilhões, conforme dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) e do Banco Central do Brasil (BCB). Crescimento também observado no fluxo de passageiros nos aeroportos brasileiros; de acordo com a análise de dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o desembarque de passageiros internacionais em solo brasileiro registrou um aumento de 21,5%, no primeiro semestre de 2024, em comparação com o mesmo período de 2023, totalizando 5,9 milhões de passageiros. Já os desembarques domésticos cresceram 1,0%, atingindo 44,3 milhões de passageiros (Tabela 2).

Ao analisar as macrorregiões, o Nordeste apresentou o maior crescimento no número de passageiros domésticos no acumulado de janeiro a junho de 2024, com um aumento de 4,6% em comparação com 2023, seguido pelas regiões Norte (4,2%) e Sudeste (2,4%). Por outro lado, as regiões Sul e Centro-Oeste registraram retração na atividade turística, com quedas de 6,7% e 4,0%, respectivamente.

No cenário internacional, as regiões Norte, Sul e Nordeste destacaram-se com os maiores aumentos nos desembarques de passageiros, com variações de 52,1%, 49,5% e 39,4%, respectivamente. No entanto, essas regiões representam uma parcela menor em comparação com a Região Sudeste, que, apesar de um crescimento de 18,6% no período, concentra cerca de 85% dos desembarques internacionais de passageiros no Brasil (Tabela 3).

Nos estados de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o crescimento na atividade turística foi confirmado pelos números de desembarques de passageiros. Na Bahia, os desembarques de passageiros internacionais subiram 48,2% no primeiro semestre de 2024 em comparação com o mesmo período de 2023. Os desembarques domésticos também cresceram significativamente, um aumento de 7,9% no período.

O Ceará, que obteve o segundo maior crescimento no turismo em junho, teve seu desempenho impulsionado principalmente pelo turismo internacional. O Estado registrou um aumento de 46,8% nos desembarques internacionais, enquanto observou uma leve queda de 2,1% no número de passageiros domésticos. Minas Gerais, destacou-se pelo aumento expressivo nos desembarques internacionais, que cresceram 82,5%. Além disso, o Estado também registrou um crescimento de 8,0% nos desembarques de passageiros domésticos.

Entre os demais estados que se destacaram nos desembarques domésticos, Sergipe apresentou o maior crescimento, com um aumento de 25,6% no primeiro semestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023. Paraíba e Maranhão seguiram com aumentos de 17,3% e 16,8%, respectivamente. Esses dados reforçam a importância do turismo para o aquecimento econômico tanto na área de atuação do Banco do Nordeste quanto no Brasil como um todo (Tabela 4).

Tabela 1 – Indicadores de Volume das Atividades Turísticas, segundo Brasil e Unidades da Federação – Junho de 2024 – Variação (%).

Brasil e Unidade da Federação	Mês/Mês anterior*			Interanual			Acumulado do ano			Últimos 12 meses		
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN
Brasil	2,2	-0,9	3,4	3,8	-1,6	3,9	1,3	0,7	1,3	4,7	3,8	3,4
Ceará	8,2	-1,3	5,0	3,0	1,5	14,4	-4,1	-3,1	-0,5	-7,5	-7,2	-5,5
Pernambuco	0,3	0,5	2,3	8,0	3,1	4,5	5,2	4,8	4,8	3,5	3,6	3,0
Bahia	-4,4	0,1	5,5	12,7	6,5	19,2	7,7	7,5	9,1	9,9	9,3	9,7
Minas Gerais	5,5	-0,6	1,6	15,3	8,1	9,1	9,2	9,0	9,0	12,6	11,8	11,1
Espírito Santo	2,7	3,3	4,1	-9,5	-8,2	-0,8	-10,9	-10,4	-8,8	-3,8	-5,2	-6,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. * Com ajuste sazonal.

NOTA: O Índice de Atividades Turísticas – IATUR é construído através do agrupamento das seguintes atividades: Alojamento e alimentação; Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens e operadoras turísticas; Transportes turísticos (Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; Outros transportes aquaviários e Transporte aéreo de passageiros).

Tabela 2 – Embarques e desembarques nacionais por tipo - Acumulado de 2023 e 2024 entre os meses de janeiro e junho

Processo	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	var. (%)
Desembarque doméstico	43.886.017	44.304.474	1,0
Desembarque Internacional	4.832.619	5.871.958	21,5
Embarque doméstico	43.886.017	44.304.474	1,0
Embarque internacional	5.086.832	6.056.303	19,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Tabela 3 – Desembarques de passageiros, por natureza, em aeroportos – Brasil e Regiões – Acumulado de 2023 e 2024 entre os meses de janeiro e junho

Brasil e Regiões	Internacional			Doméstico		
	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)
Nordeste	207.673	289.525	39,4	8.427.264	8.812.196	4,6
Norte	51.680	78.601	52,1	2.357.794	2.455.842	4,2
Centro-oeste	123.273	155.393	26,1	5.527.690	5.309.290	-4,0
Sudeste	4.224.973	5.012.114	18,6	21.985.175	22.511.892	2,4
Sul	225.020	336.325	49,5	5.588.094	5.215.254	-6,7
Brasil	4.832.619	5.871.958	21,5	43.886.017	44.304.474	1,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Tabela 4 – Desembarques de passageiros em aeroportos por natureza do voo – Nordeste e Estados – Acumulado de 2023 e 2024 entre os meses de janeiro e junho

Estados / Região	Internacional			Doméstica		
	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)	Acumulado de 2023	Acumulado de 2024	Var. (%)
Alagoas	6.750	9.870	46,2	540.570	594.770	0,4
Bahia	65.026	96.343	48,2	2.365.014	2.484.391	7,9
Ceará	60.104	88.231	46,8	1.464.078	1.370.995	-2,1
Maranhão	-	-	0,0	421.793	442.089	16,74
Paraíba	232	117	-49,6	366.438	433.700	17,75
Pernambuco	58.916	73.334	24,5	2.214.848	2.404.212	1,2
Piauí	-	-	0,0	252.086	263.942	15,83
Rio Grande do Norte	16.645	21.630	29,9	536.048	531.397	-2,4
Sergipe	-	-	0,0	266.389	286.700	25,56
Nordeste	207.673	289.525	39,4	8.427.264	8.812.196	4,6
Minas Gerais	67.415	123.036	82,5	2.858.423	3.086.028	8,0
Espírito Santo	-	-	0,0	705.894	696.510	-1,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Indústria do Nordeste no 1º semestre de 2024

Junho de 2024, como usual para o mês, foi de desaceleração na indústria do Nordeste. Frente ao mês passado, porém, registrou a menor taxa do País (-6,0%). Recuou também frente a iguais períodos de 2023: -1,2% no mês de junho; -0,4% no acumulado do 1º semestre; -1,5% na taxa anualizada (nessas duas últimas comparações, superou apenas o Rio Grande do Sul, -1,0% e -2,3%, respectivamente). Ademais, andou na contramão da média nacional que, em parte favorecida pela recuperação da indústria gaúcha nos pós enchentes, avançou em todas estas comparações: 4,1% frente ao mês passado; 3,2%, frente a junho de 2023; 2,6% no acumulado do ano, e 1,5% na taxa anualizada.

Comparando com o nível de produção exatamente anterior à pandemia (fevereiro de 2020), a defasagem da indústria da Região se ampliou na passagem de maio para junho de 2024. A produção passou de 15,2% para 20,3% a menos do que o realizado antes da crise sanitária. Já em âmbito nacional, essa mesma comparação saiu da defasagem (-1,2%) para ultrapassar em 2,8% a produção realizada em fevereiro de 2020.

Estes dados revelam as reduzidas taxas regionais observadas nos últimos 12 meses, em grande parte abaixo do desempenho nacional e, conseqüentemente, a necessidade de maiores esforços locais de forma a recuperar perdas.

Análise do comportamento industrial regional

No 1º semestre de 2024, a taxa acumulada da indústria regional (-0,4%) teria melhor resultado não fosse a forte retração na indústria extrativa (-21,8%). Foi influenciada, em especial, pelos recuos em óleos brutos de petróleo, gás natural, minério de cobre e sal associado à extração.

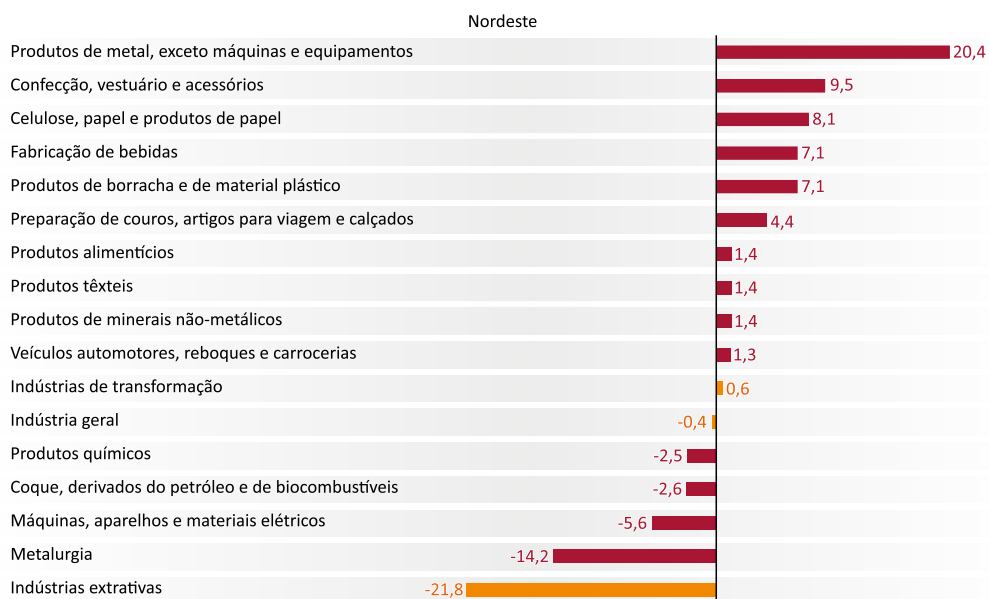
A indústria de transformação ficou positiva (0,6%), avançando em 10 de suas 14 atividades pesquisadas, com destaque para papel e celulose (8,1%), produtos de metal (20,4%), borracha e plástico (7,1%). Já os recuos que mais impactaram foram metalurgia (-14,2%) e derivados do petróleo (-2,6%), que têm forte peso na indústria local.

Apesar das dificuldades observadas, foi também possível identificar perspectivas positivas na indústria regional. Conforme os resultados da pesquisa Sondagem Industrial da CNI que pode complementar a percepção sobre a indústria local, houve aumento no número de empregados na passagem de maio para junho de 2024 (o que não ocorria desde novembro de 2023), como também elevação de 3 p.p. na utilização da capacidade instalada (UCI) que passou de 67% para 70%. Adicionalmente, as expectativas dos empresários do Nordeste se mostraram mais otimistas na passagem de junho para julho de 2024, em todos os índices pesquisados: demanda, exportação, compra de matérias-primas e empregados. Nesse contexto, indicaram maior intensidade na expectativa de investimento para os próximos 6 meses, em compras, construção, pesquisa e inovação.

Tabela 1 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – Mês de referência: junho de 2024

Locais	Junho 2024/mai/24	Junho 2024/jun/23	Acumulado Janeiro-Junho	Acumulado nos Últimos 12 Meses
Brasil	4,1	3,2	2,6	1,5
Nordeste	-6,0	-1,2	-0,4	-1,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

Gráfico 1 – Taxa de crescimento da produção industrial, por seções e atividades (%) – Nordeste – Acumulado janeiro-junho de 2024 (Base: igual período do ano anterior)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2024).

Desempenho fiscal do governo central em julho de 2024

De acordo com estimativas preliminares, obtidas através dos dados de execução orçamentária registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Governo Federal, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) apresentaram déficit primário de R\$ 8,5 bilhões em julho de 2024, bem abaixo do resultado obtido no mesmo mês do ano passado (R\$ 37,5 bilhões). No acumulado dos primeiros sete meses de 2024, o resultado primário registrou um déficit de R\$ 76,6 bilhões, influenciado, principalmente, pelo crescimento das despesas nos primeiros meses do ano, por conta da antecipação do pagamento de precatórios em fevereiro, pela antecipação do calendário de pagamento do 13º. salário de benefícios previdenciários e pelo pagamento de despesas com créditos extraordinários para o enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande do Sul. Convém ressaltar, no entanto, que desde junho de 2024 as despesas do Governo Central vêm apresentando uma tendência de redução.

De fato, em junho de 2024, as despesas do Governo Federal registraram crescimento real de apenas 0,3%, frente ao mesmo mês do ano passado, seguindo tendência decrescente em julho, quando apresentou queda de 5,9%, comparativamente a julho de 2023. Vale destacar que essa queda se deveu ao calendário de pagamentos do 13º salário de benefícios previdenciários, que em julho de 2023, realizou, em valores correntes, pagamentos de R\$ 24,3 bilhões, enquanto em julho deste ano esse montante caiu para R\$ 0,1 bilhão.

Do lado das receitas, as estimativas do IPEA apontam para um desempenho bastante satisfatório da arrecadação federal no mês de julho de 2024, com crescimento real de 10%, relativamente ao volume arrecadado no mesmo mês de 2023. Essa expansão se deu, principalmente, pelo bom desempenho das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), cuja arrecadação registrou incremento real de 14,6%, na comparação com julho de 2023. As receitas não administradas pela RFB tiveram um aumento real de apenas 2,4%, enquanto as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) registraram um acréscimo de 2,3%. No acumulado dos primeiros sete meses de 2024, a receita líquida de transferências legais e constitucionais alcançou R\$ 1.249,4 bilhões, significando expansão de 8,7%, em relação ao mesmo período do ano passado, influenciada fortemente pelo bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal.

Convém ressaltar que apesar desse desempenho bastante satisfatório da arrecadação, o Governo Federal teve que efetuar o congelamento de R\$ 15 bilhões para cumprir com as regras do arcabouço fiscal de zerar o déficit das contas públicas. Essa medida visa a limitar a evolução das despesas do Governo, tendo em vista que o último Relatório Bimestral de Receitas e Despesas mostrou que a previsão de déficit primário (sem os juros da dívida pública) de 2024 saltou de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 28,8 bilhões entre março e julho deste ano. O valor congelado considera o limite da margem de tolerância, que admite que o Governo tenha um déficit primário máximo de 0,25 ponto percentual do PIB (Produto Interno Bruto), o que corresponde exatamente à nova previsão de déficit para este ano. Com isso, o setor público pode apresentar um resultado negativo de até 42,07 bilhões sem que a meta seja formalmente descumprida. De qualquer maneira, caso as estimativas para o déficit melhorem até o fim deste ano, o Governo poderá flexibilizar o tamanho dos cortes, que atingiu Ministérios importantes do Governo, como Saúde, Cidades, Transportes e Educação.

Essa medida revela a preocupação do Governo Federal com o equilíbrio das contas públicas, tendo em vista sua importância para a retomada sustentável do crescimento econômico do País. A situação atual das contas públicas, que vem exercendo forte pressão sobre o nível de endividamento do Tesouro Nacional, tem exigido do Governo Federal um enorme esforço para controlar suas despesas, em que pese as múltiplas necessidades de investimentos estratégicos para impulsionar o crescimento econômico do País. Em julho último, as despesas totais do Governo Central tiveram redução real de -5,9%, mas no acumulado do período de janeiro a julho as despesas registraram um crescimento de 7,8%, relativamente ao mesmo período de 2023, com expansões mais significativas nos primeiros meses deste ano.

Dentre os fatores que pressionaram o incremento das despesas totais nesses sete primeiros meses de 2024, destacam-se o crescimento real de despesas com benefícios previdenciários (crescimento de 3,4% sobre o mesmo período de 2023), sentenças judiciais e precatórios (67,8%), BPC/Loas e RMV (16,9%) e as

despesas discricionárias do Poder Executivo (30%), fortemente impactadas pelo pagamento de emendas parlamentares até julho, as quais registraram crescimento real de 155,2%, comparativamente a 2023.

Por outro lado, as estatísticas fiscais divulgados pelo BACEN revelam que as contas do setor público consolidado (formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais), apresentaram um déficit primário de 21,3 bilhões em julho de 2024. Esse resultado negativo refletiu o déficit de R\$ 8,6 bilhões do Governo Federal, somado aos déficits de R\$ 11 bilhões de estados e municípios e de R\$ 1,7 bilhão das estatais. No acumulado dos primeiros sete meses de 2024, as contas do setor público consolidado apresentaram um déficit primário de R\$ 64,8 bilhões, o que corresponde a 1,0% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2023, o resultado foi negativo em R\$ 56,179 bilhões

Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta, no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, que é utilizado pelas Agências de Classificação de Risco para definição da nota de crédito dos países, com vistas a orientar investidores internacionais, observa-se um déficit nominal de R\$ 101,5 bilhões nas contas do setor público em julho de 2024, o maior rombo para o mês da série histórica, iniciada em 2002. Em julho, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que abrange Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais, atingiu 78,5% do PIB, registrando um aumento de 0,7 p.p. no mês.

Tabela 1 – Governo Central: Resultado Primário a preços constantes de julho de 2024 (R\$ bilhões)

Discriminação	Jan-Julho		Variação Real (%)	Julho		Variação Real (%)
	2023	2024		2023	2024	
1-Receita Total	1.423,8	1.547,7	8,7	202,3	222,5	10,0
2. Transf. Por Repartição de Receita	274,8	298,3	8,6	34,7	38	9,6
3. Receita Líquida (1-2)	1.149,0	1.249,4	8,7	167,6	184,4	10,1
4. Despesa Total	1.230,5	1.326,0	7,8	205,1	192,9	-5,9
4.1 Benefícios Previdenciários	558,3	577,2	3,4	94,6	73,4	-22,4
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	208,9	211,1	1,1	36,8	35,7	-2,8
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	190,0	224,6	18,2	31	31,5	1,7
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	273,3	313,1	14,6	42,8	52,3	22,4
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-81,5	-76,6	6	-37,5	-8,5	77,3

Fonte: Dimac/Ipea, com base nos dados do STN e Siafi.

Tabela 2 – Evolução da Arrecadação e Despesas no período Janeiro-Julho - 2023 e 2024, a preços constantes de julho de 2024 (R\$ bilhões)

Meses	RECEITAS			DESPESAS		
	2023	2024	Variação (%)	2023	2024	Variação (%)
Janeiro	275,61	285,87	3,70%	151,9	162,28	6,80%
Fevereiro	162,97	192,38	18,00%	152,24	194,04	27,50%
Março	185,9	201,67	8,50%	160,9	167,76	4,30%
Abril	213,77	230,41	7,80%	162	182,09	12,40%
Maiο	194,9	211,15	8,30%	198,92	226,81	14,00%
Junho	188,4	203,77	8,20%	199,42	200,08	0,30%
Julho	202,29	222,46	10,00%	205,11	192,95	-5,90%

Fonte: Dimac/Ipea, com base nos dados do STN e Siafi.

Tabela 3 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro a Julho de 2024 - R\$ milhões correntes

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO-JULHO				FLUXOS MENSAIS		
	2023	% do PIB	2024	% do PIB	MAIO.-24	JUNHO.-24	JULHO.-24
Nominal	439 606	7,10	599 697	9,10	138 256	135 724	101 472
Governo Central	399 716	6,45	557 700	8,47	127 314	126 572	81 369
Governos estaduais	30 881	0,50	19 576	0,30	6 255	5 370	12 700
Governos municipais	3 249	0,05	11 744	0,18	2 232	1 583	5 400
Empresas estatais	5 759	0,09	10 677	0,16	2 455	2 199	2 004
Juros nominais	383 427	6,19	534 900	8,12	74 361	94 851	80 124
Governo Central	324 912	5,24	478 442	7,26	66 536	86 383	72 751
Governos estaduais	53 057	0,86	49 010	0,74	6 814	7 381	6 396
Governos municipais	2 128	0,03	4 453	0,07	595	629	665
Empresas estatais	3 330	0,05	2 995	0,05	416	457	312
Primário	56 179	0,91	64 797	0,98	63 895	40 873	21 348
Governo Central	74 804	1,21	79 258	1,20	60 778	40 188	8 618
Governos estaduais	-22 176	-0,36	-29 434	-0,45	- 559	-2 011	6 303
Governos municipais	1 122	0,02	7 291	0,11	1 637	954	4 735
Empresas estatais	2 429	0,04	7 681	0,12	2 039	1 742	1 692
PIB acumulado no ano*	6 195 364	-	6 586 536	-			

Fonte: BACEN

* Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

Agenda

Próximas Divulgações

segunda-feira, 9 de setembro de 2024

Relatório Focus (BCB)

terça-feira, 10 de setembro de 2024

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE)

Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (IBGE)

quarta-feira, 11 de setembro de 2024

Pesquisa Mensal de Serviços (IBGE)

quinta-feira, 12 de setembro de 2024

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (IBGE)

Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE)

sexta-feira, 13 de setembro de 2024

Índice de atividade econômica (IBC-Br) (BCB)

Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional (IBGE)

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Turismo 2023 (IBGE)